

Neoliberalismo e violência produtiva – uma gramática em construção durante a ditadura civil-militar

Neoliberalism and productive violence – A grammar in construction during the civil-military dictatorship

Carla Reis Longhi¹

clonghi@pucsp.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2937-8982>

Resumo: Neste artigo discutimos o lugar da violência no processo de construção do neoliberalismo no Brasil e, para tanto, trabalhamos com uma perspectiva conceitual e histórica. Na perspectiva conceitual, destrinchamos os conceitos de violência e neoliberalismo, refletindo sobre suas inter-relações; na perspectiva histórica, buscamos reconstituir o processo de construção do neoliberalismo no Brasil, partindo do golpe de 1964 e sua política de modernização e percorrendo a ditadura civil-militar no intuito de reconstituir as práticas de violência que corresponderam aos interesses da lógica neoliberal. Partimos de diferentes fontes para a reconstituição deste processo, articulando produção intelectual e fontes documentais institucionais e audiovisuais de produção do IPES, todas em diálogo com reflexão bibliográfica sobre o tema. Nossa argumentação e, logo, conclusão são de que o processo de construção do neoliberalismo foi possível e esteve amplamente assegurado pela vigência e intensificação de diferentes formas de violência impostas tanto pelo Estado quanto pela disseminação de uma racionalidade técnica, que esteve a seu serviço. Ao mesmo tempo, a implementação da lógica neoliberal no Brasil alimentou a manutenção da violência e o esvaziamento da política.

Palavras-chave: modernização, neoliberalismo, racionalidade técnica, violência produtiva.

Abstract: In this article we discuss the place of violence in the process of construction of neoliberalism in Brazil. Therefore, we work with a conceptual and historical perspective. From a conceptual perspective, we unravel the concepts of violence and neoliberalism, reflecting on their interrelationships; from the historical perspective, we seek to elucidate the construction process of neoliberalism in Brazil, starting from the 1964 coup and its modernization policy, and covering the civil-military dictatorship, in order to reconstruct the violence practices that were correlated to the neoliberal logic's interests. We use different sources to reconstruct this process, articulating intellectual production, institutional documentation and IPES' audiovisual production, all in dialogue with bibliographic reflection on the topic. Our argument and, therefore, conclusion are that the building process of neoliberalism was possible and was largely ensured by the existence and intensification of different forms of violence imposed by both the State and the dissemination of a technical rationality who was at its service. At the same time, the implementation of the neoliberal logic in Brazil fueled the maintenance of violence and the emptying of politics.

Keywords: modernization, neoliberalism, technical rationality, productive violence.

¹ Departamento de História e Programa de Estudos Pós-Graduados em História - PUCSP-SP. Rua Monte Alegre, 984, Perdizes, 05014-901, São Paulo – SP, Brasil.

Introdução

Este texto reflete sobre o lugar da violência no processo de construção do neoliberalismo no Brasil. Para tanto, trabalharemos com uma perspectiva conceitual e histórica. Para a análise do contexto histórico, iniciaremos situando a construção de um paradigma de modernização, eixo norteador dos projetos econômicos colocados em disputa no contexto que antecedeu o golpe de 1964. Ao ponderarmos sobre o cenário da consolidação da ditadura civil-militar², situaremos o modelo econômico-social calcado nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico³, em adequação à lógica da fase do capitalismo monopolista, corroborando o projeto de modernização em construção no período anterior. Esta doutrina, calcada no binômio segurança-desenvolvimento, escancarou as práticas de violência utilizadas como lógicas necessárias à implementação de seu projeto. Na sequência, então, considerando ainda o contexto histórico, refletiremos sobre as modalidades de violência nos diferentes ciclos de implementação deste projeto político ao longo da ditadura. Para a reflexão conceitual, partiremos do entendimento de que o neoliberalismo se apresenta como uma racionalidade política que altera a subjetividade, afetando todos os âmbitos da sociabilidade humana. Ao longo do texto procuraremos destrinchar este conceito e sua articulação com o conceito de violência, estabelecendo uma reflexão sobre os aspectos de sua interlocução. Nossa hipótese é a de que a violência, em suas diferentes formas e expressões, foi a espinha dorsal do funcionamento de modelos de capitalismo periférico, como é o caso de nosso país, e, assim, o processo de construção do neoliberalismo foi

possível e esteve amplamente assegurado pela vigência e intensificação de distintas modalidades de violência.

Considerar a violência como o eixo condutor da estruturação do neoliberalismo no Brasil nos leva a afirmar que a outra face do neoliberalismo é o esvaziamento da política⁴, demonstrando que a violência foi estratégia utilizada para estruturar o neoliberalismo e este gerou mais violência, ao contribuir com o emudecimento da ação política. O conceito de neoliberalismo não será desnudado em toda a sua potencialidade neste texto, em função do recorte analítico escolhido, no caso, pautado pela análise das conexões com a violência. Mas, acreditamos nós, será adequadamente situado.

Michel Foucault, em seu livro *O nascimento da biopolítica* (Foucault, 2008), percorreu as tipologias do liberalismo, priorizando seu desenrolar no século XX, demonstrando suas divergências teóricas e práticas. Procurou, por um lado, destrinchar as contínuas tensões postas entre a busca da liberdade individual como fim absoluto e, logo, a prevalência do livre mercado *versus* a presença de momentos da prática liberal que requeriam reformas sociais, na busca de um ideal de bem comum, ou seja, de condições de governabilidade, como foi o contexto da crise de 1929, mesmo nos EUA. Vemos, neste primeiro caso, que o liberalismo tanto pregou a ausência do Estado nas relações com o mercado como destacou a necessidade de políticas de Estado para a proteção do mercado, conforme as condições históricas existentes. Estas tensões estiveram expressas, continuamente, entre os intelectuais que fundamentavam as diferentes vertentes do liberalismo e do neoliberalismo, como foi o caso das contraposições entre John M. Keynes e Friedrich Hayek⁵.

Ao mesmo tempo, Michel Foucault demonstrou que a aplicabilidade do liberalismo poderia variar confor-

² Trata-se de conceito controverso no debate historiográfico. Concordamos com a visão de que o golpe foi civil-militar e, apesar de não trabalharmos com o entendimento proposto por René Armand Dreifuss (Dreifuss, 2006) de que foi um golpe de classe, acatamos sua análise quanto à participação civil na estruturação do golpe. Não o assumimos como golpe de classe, pois entendemos, como outros autores, que os interesses militares têm especificidades corporativas que extravasam uma associação de classe pura e direta com os setores burgueses, o que não anula a concordância quanto ao projeto construído a partir desta elite orgânica. Ao ponderarmos sobre a ditadura, vislumbramos um percurso de concentração dos poderes nas mãos da Corporação Militar, num processo paralelo de militarização do Estado, como discutido por João Roberto Martins Filho (Martins Filho, 1996) e Carlos Fico (Fico, 2017), entre outros. Neste sentido, apesar de o usarmos, consideramos o termo 'ditadura civil-militar' incompleto para traduzir as práticas políticas efetivadas que constituíram um Estado militarizado, com participação civil. Isto não anula o entendimento de que as parcelas civis que participaram do golpe continuaram apoiando e atuando nos governos militares, até o limite em que entenderam que seus interesses não estavam mais sendo contemplados. Estudos recentes têm focado neste aspecto. Após a conclusão da CNV (Comissão Nacional da Verdade, 2014) e a constatação de conexões empresariado-Estado na prática de ações repressivas, houve tanto a representação junto ao Ministério Público solicitada por centrais sindicais e ONGs para a averiguação dos fatos quanto o desenvolvimento de novas pesquisas em andamento sobre o tema, no intuito de destrinchar as práticas coercitivas e autoritárias de empresas e empresários ao longo da ditadura, num apoio atuante.

³ Conceitos de guerra e segurança existiram ao longo de todo o século XX, mas a formulação da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico no Brasil foi elaborada pela ESG (Escola Superior de Guerra), com a contribuição de institutos como o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), em consonância com os interesses estadunidenses na região. Esta doutrina, construída ao longo dos anos 50 e início dos anos 60, estava pautada por um conceito de guerra, formulado no contexto da Guerra Fria e baseado no combate ao comunismo que alterava o sentido de fronteiras, onde o risco poderia ser interno, e redimensionava a noção de inimigo, tornando o próprio cidadão suspeito. O conceito de guerra se associava, na doutrina, a um projeto econômico, umbilicalmente relacionado à defesa do capitalismo e, logo, um projeto de modernização. No cenário brasileiro, através desta doutrina, segurança e desenvolvimento caminhavam entrelaçados. Foi disseminada através dos cursos oferecidos pela Escola a militares e civis, e, com o golpe de 1964, a doutrina foi colocada em prática como política de Estado. Sobre o assunto ler, entre outros, René Armand Dreifuss (Dreifuss, 2006) e Maria Helena Moreira Alves (Alves, 2005).

⁴ Trabalhamos aqui com a conceituação de política proposta por Jacques Rancière (Rancière, 1996). Para ponderar sobre a política, o autor contrapõe os conceitos de polícia (conceito que não significa o sistema propriamente policial, mas sim formas de ação política cerceadas e controladas, através de diferentes estratégias) e política, buscando demonstrar que só há prática política efetiva se há dissenso e espaço para o dissenso. Onde não há o espaço para diferentes demandas e questionamentos, não há prática política, e sim prática policial, ou seja, lógica restritiva e coercitiva. A lógica policial é sempre violenta, pois é impositiva e cerceadora e a violência sempre cala o interlocutor; por isto, é muda. Marilena Chaui (Chau, 1980), autora que fundamenta nosso conceito de violência, entende que a violência é a prática da coisificação do sujeito, sua sujeição, o que significa tirar sua humanidade e, logo, silenciá-lo.

⁵ John Keynes foi um economista inglês que propunha um Estado regulador das práticas do mercado, enquanto Friedrich Hayek, economista austríaco, propunha a autorregulação do mercado.

me o contexto, aspecto que explicaria a especificidade do liberalismo alemão ou o ordoliberalismo, pautado por forte ordenamento jurídico para a prática liberal. Demonstrou, ainda, que as diferenças da gênese do liberalismo, estão na origem das claras distinções entre o liberalismo francês e o americano, em função de suas especificidades históricas. Quando tomamos a conceituação do neoliberalismo, nós o vemos como uma racionalidade política, talvez, já presente no liberalismo dos EUA, já que, como demonstrado pelo autor, neste país, diferentemente de outros, o liberalismo sempre foi “uma maneira de ser e pensar” (Foucault, 2008, p. 301), enquanto em outros contextos representou uma ideologia e uma política econômica a ela vinculada.

Propusemos esta pequena delimitação conceitual com o intuito de demarcar alguns aspectos que norteiam o conceito. Primeiro, de indicar sua complexidade ou falta de homogeneidade, o que potencializa a importância da análise das historicidades específicas. Neste sentido, já justificamos nosso artigo, que visa discutir esta historicidade no Brasil, atentando para o seu percurso histórico. Segundo, de estabelecer uma demarcação conceitual e de nomenclaturas em relação ao liberalismo; Foucault já demonstrou suas especificidades e entrelaçamentos, o que pode explicar a prevalência da terminologia ‘liberalismo’ no Brasil até os anos 90. Contudo, como discutido pelo próprio autor e como bem demonstrado por Pierre Dardot e Christian Laval (Dardot e Laval, 2016), não se trata especificamente da mesma coisa, pois diferentemente do liberalismo que se apresentava como uma ideologia e uma política econômica, o neoliberalismo se apresenta como um “[...] sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot e Laval, 2016, p. 7), aproximando-se de um ‘modo de ser e de pensar’, como colocou Foucault sobre o liberalismo estadunidense. Segundo Dardot e Laval, trata-se de uma racionalidade pautada pela concorrência estrutural, alterando as formas de subjetivação, o que implica também a alteração das formas de sociabilidade. Este aspecto também foi identificado por Foucault (Foucault, 2008) quando discuti o retorno do *homo oeconomicus*, mas um retorno modificado, já que este homem não era mais simplesmente o “homem parceiro de trocas”, mas sim o “homem empresário de si”. Esta transmutação seria o que definiria o neoliberalismo em sua relação com o liberalismo, apresentando aspectos de continuidade e aspectos novos. Pautados por Foucault, entendemos que o “homem empresário de si” precisa se autoadministrar, estando em

concorrência contínua com todos os outros, tanto em sua vida pessoal quanto em sua vida profissional.

Esperamos neste texto conseguir manter um fio conceitual fidedigno ao mesmo tempo que o associamos à reflexão sobre a violência, como uma de suas facetas. Para tanto, seguiremos, agora, com uma discussão histórica, retomando o contexto do golpe civil-militar no Brasil e seu debate sobre a modernização. O golpe de 1964 instaurou uma ditadura, ou seja, um Estado autoritário e, no caso brasileiro, um Estado que manteve a fachada do equilíbrio dos poderes, mas que foi centralizador e militarizado, o que não corroboraria a discussão sobre a implantação de uma lógica neoliberal, que é comumente associada à autonomia do mercado e às liberdades individuais. Contudo, argumentaremos que no Brasil a lógica neoliberal foi beneficiada pela ação deste Estado centralizado, autoritário e planificador.

Modernização – um discurso sedutor

Partimos da reflexão proposta por Octavio Ianni (Ianni, 2019), em seu livro *A ditadura do grande capital*⁶, como ponto inicial da explicitação do contexto. O autor trabalhou com a ideia da “violência produtiva” e, ao longo do seu livro, destrinchou esta ideia. Por “violência produtiva”, em linhas gerais, o autor entendeu uma prática de violência de Estado, voltada contra as classes trabalhadoras, no intuito de garantir a concentração do capital, respondendo aos interesses de nossa elite econômica e principalmente aos grupos multinacionais a ela associados. Para a sua efetivação, a proposta foi alicerçada na ideia do planejamento racional de políticas públicas, proposta bem-vinda, pois fundamentada em dois aspectos caros ao pensamento político norteador do contexto, o desenvolvimento tecnológico e, por consequência, associado à modernização. Começamos, assim, destrinchando este ideário, quando o autor coloca:

Desde que se instalou a ditadura, os governantes e funcionários do Estado sempre disseram, e repetiram, que o planejamento era uma técnica neutra. Diziam, ao povo calado e disperso, ou de si para si, que não havia o que temer: a ação planificada do Estado era “politicamente neutra”, serviria de “instrumento de aperfeiçoada política de desenvolvimento”, sem afetar as “forças do mercado” nem a “liberdade” (Ianni, 2019, p. 27).

⁶ A primeira edição deste livro é de 1981, ainda em plena ditadura. Neste sentido, esta obra pode ser também tratada como fonte documental. Octavio Ianni formou-se em 1954 em Ciências Sociais na USP e logo integrou o grupo formado por Florestan Fernandes. Foi aposentado pelo AI-5 em 1968, passando a lecionar na PUC-SP; nesta época integrou a equipe de pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

A neutralidade da planificação técnica era apresentada como modernização, o que deveria significar, aos olhos de todos, crescimento e, logo, benefícios para todos os diferentes setores, daí sua neutralidade. Contudo, vários aspectos já expunham a farsa do sentido de neutralidade. Um deles era a associação imediata com os interesses estadunidenses, explicitados de diferentes formas. Os projetos de cooperação e estímulos à entrada do capital multinacional podem ser o primeiro desmonte da ideia de neutralidade:

Política de estímulo ao ingresso de capitais estrangeiros, e de ativa cooperação técnica e financeira com agências internacionais, com outros governos, e, em particular, com o sistema multilateral da Aliança para o Progresso, de modo a acelerar a taxa de desenvolvimento econômico (Ianni, 2019, p. 31).

Diferentes estudos já demonstraram que os acordos de cooperação Brasil-EUA já vinham ocorrendo desde o final dos anos 1940, na disseminação da “ideologia do americanismo: progresso, ciência, tecnologia, abundância, racionalidade, eficiência, gerenciamento científico e padrão americano de vida” (Tota, 2000, p. 20). Ao longo dos anos 40 ocorreram diferentes Missões de Trabalho Brasil-EUA que tiveram como função anunciada a cooperação entre os dois países, o que na prática significou atender aos interesses econômicos estadunidenses, ao mapear os polos produtivos e os estrangulamentos de infraestrutura que precisavam ser aprimorados. Ao analisarmos o teor do relatório referente à Comissão Mista Brasil-EUA⁷ ocorrida entre 1951-53, que se propunha “a criar um instrumento de trabalho capaz de alcançar resultados práticos no campo da cooperação econômica entre os dois países” (Relatório da Comissão, p. 281), vislumbramos os objetivos intrínsecos à missão ao destacar os pontos de estrangulamento aos interesses estadunidenses:

A proliferação de controles diretos sobre o câmbio e a importação, e em alguns casos sobre outros setores da economia, as falhas no sistema da administração pública, a inadequação e ineficiência de serviços básicos de propriedade ou sob o controle do Estado, como energia, ferrovias, cabotagem, transporte urbano, águas e esgotos — todos esses fatores constituíram sérios

obstáculos para o homem de empresa (Relatório da Comissão, p. 291).

O relatório destacava, também, a ideia de ‘um novo empresário’ relacionando-o a um modelo de gestão mais racional: “O novo empresário se interessa agudamente pela adoção dos padrões industriais uniformes, está alerta a novos desenvolvimentos tecnológicos e novas oportunidades de mercado” (Relatório da Comissão, p. 291). Ao observarmos o diagnóstico presente neste relatório, podemos associá-lo com as propostas presentes em dois institutos de pesquisa que funcionaram na virada dos anos 60, o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática).

A existência de institutos de pesquisa, neste momento, traduzia o *modus operandi* da intelectualidade em formalizar e publicizar ideários político-econômicos, de diferentes vertentes, o que explica não só a existência de institutos com ideários opostos, como veremos a seguir, como também a heterogeneidade de projetos dentro de um mesmo instituto. No caso do complexo IPES/IBAD⁸, apesar da existência de grupos internos não homogêneos⁹, em linhas gerais, respondiam aos interesses da elite orgânica em associação com setores da ESG (Escola Superior de Guerra), na construção de um projeto de desenvolvimento econômico nacional associado aos interesses do capital multinacional. Devemos lembrar que a ESG foi criada em 1948, no contexto da Guerra Fria, subordinada à Presidência da República, sob o comando do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). A associação ESG-IPES/IBAD demonstra a construção de redes de relações entre empresários e militares, na constituição de uma elite orgânica, como já indicado por René Dreifuss: “O que se tornou claro nesta pesquisa é que os ativistas do complexo IPES/IBAD também estavam liderando e organizando um movimento civil-militar próprio, baseado numa infraestrutura de oficiais da ESG [...]” (Dreifuss, 2006, p. 381), com o intuito da tomada de poder e desenvolvimento de seu projeto político-econômico. Neste sentido, notamos uma continuidade de projetos e discursos entre os relatórios das missões Brasil-EUA e as ideias propagadas pelos institutos.

A elaboração do ideário político do IPES se consumava na produção de livros, artigos, relatórios e atas,

⁷ Antes da formação da Comissão Mista Brasil-EUA houve as Missões Taub (1941), Cooke (1942) e Abbink (1948), e todas tinham como aspecto central a análise do cenário econômico-produtivo brasileiro para possíveis acordos comerciais. Os principais nomes que participaram da Comissão Mista compuseram os governos pós-golpe, colocando em prática um projeto em construção. Entre eles estavam Octavio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, com o apoio de Eugenio Gudin.

⁸ O IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, fundado em novembro de 1961, estava articulado com o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, fundado em 1959, vistos por alguns pesquisadores como institutos *Think Tank*. O IPES trazia a fachada de um instituto de análises da realidade social, mas tinha como objetivo central potencializar o discurso modernizador de nossa elite econômica, pautado por projeto econômico concebido pela ESG em associação à elite orgânica em formação e depois implantado pela ditadura. O IPES era composto por empresários de diferentes ramos que apoiaram o golpe. Para maiores informações ler René Armand Dreifuss (Dreifuss, 2006), Elaine Bortone (Bortone, 2013), entre outros.

⁹ Para o aprofundamento das relações empresariado- militares e a compreensão dos grupos de interesses dentro do IPES, ler o artigo “A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964” de Martina Spohr (Spohr, 2011).

fruto das reuniões e cursos desenvolvidos em parceria com a ESG, além da articulação com políticos para a aprovação de projetos de interesse e atuação nos períodos eleitorais. Já para a publicização destes ideários houve a circulação de panfletos, produção audiovisual e o apoio de setores da imprensa, considerando que todos os setores do empresariado participante contribuíam economicamente com a manutenção do instituto:

Criou uma rede de empresários das comunicações (Ennio Pesce e Flávio Galvão – O Estado de São Paulo; Jorge Sampaio e Alves de Castro – TV Tupi/Repórter Esso; Wilson Figueiredo – Jornal do Brasil; Roberto Marinho – O Globo) e da propaganda (Silveira Lobo – Denison Propaganda), favoráveis ao pensamento do IPES, difundiam sua ideologia e fortaleciam sua mensagem (Bortone, 2013, p. 44).

Ao destrincharmos o conteúdo presente nas propagandas publicizadas nos cinemas, em forma de documentários, no início dos anos 60, notamos que exploravam exatamente os mesmos aspectos, como norteamento desenvolvimentista, centrados numa política de fomento à infraestrutura de transportes, energia, comunicações e racionalidade técnica estendida a vários setores, aspectos colocados em prática pela ditadura. Os documentários eram organizados por temas. Entre eles houve documentários sobre a mecanização do campo; melhoria dos transportes marítimos e ferroviários; modernização da indústria; sistema de comunicações e autopropaganda do IPES. Em todos havia a associação entre modernização, racionalidade técnica, democracia, valores cristãos e o princípio da ordem. Tratava-se de intensa propaganda de um projeto de sociedade embasado no discurso da modernização, sem contradição com o princípio da segurança nacional.

Álvaro Vieira Pinto¹⁰, intelectual vinculado ao ISEB¹¹ (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), filósofo e autor de diferentes livros publicados entre os anos 50 e 70, atentava para os riscos desta ideia de modernização como vinha sendo apresentada:

O conceito de 'era tecnológica' constitui importantíssima arma do arsenal dos poderes supremos, empenhados

em obter dois inapreciáveis resultados: (a) revesti-lo de valor ético positivo; (b) manejá-lo na qualidade de instrumento para silenciar as manifestações da consciência política das massas, e muito particularmente das nações subdesenvolvidas (Pinto, 2005, p. 43).

O autor já ponderava sobre estas questões desde a publicação de seu primeiro texto *Ideologia e desenvolvimento nacional*, de 1956, aprofundando sua reflexão em *Consciência e realidade nacional*, de 1960, e em seu penúltimo livro, aqui citado, escrito em 1974. Nesta trajetória analítica, Pinto explicitava com clareza o fato de que existiam abordagens distintas em torno da temática da modernização e tecnologia e a que vinha prevalecendo era prejudicial ao desenvolvimento nacional: “[...] ou tomamos o rumo do desenvolvimento, o que se dará à medida que formos capazes de utilizar os dados da ciência e os instrumentos da técnica, a serviço de uma ideologia do progresso, ou, se o não fizermos, enveredaremos pela estrada do pauperismo [...]” (Pinto, 1960, p. 15). O autor defendia o uso da tecnologia, mas que não estivesse a serviço dos interesses multinacionais em prejuízo ao desenvolvimento autônomo nacional.

Ou seja, os projetos desenvolvimentistas circulavam entre a intelectualidade brasileira desde os anos de 1950, conformando diferentes vertentes, muitas vezes opostas entre si, explicitando tanto as divergências existentes dentro de um mesmo instituto quanto a oposição entre institutos distintos. O ISEB apresentava grande diversidade interna, tendo intelectuais com diferentes gradações desenvolvimentistas. As visões expostas pelos institutos de pesquisas do período aqui citados – IPES e IBAD, de um lado, e ISEB (representado pela figura de Álvaro Vieira Pinto), de outro, bem expressavam isto. Considerando estes institutos e intelectuais vemos aqui, ao menos, dois distintos projetos, tendo como ponto central de conflito a defesa do capital nacional autônomo *versus* a abertura do mercado ao capital multinacional associado ao capital nacional, ou seja, políticas de proteção e ampliação da indústria nacional e desenvolvimento de tecnologia ou de facilidade de fluxo de capital multinacional; estes projetos estabeleciam relação direta com o apoio ou crítica às políticas sociais. Para o projeto divulgado pelo IPES, modernização significava desenvolvimento produtivo,

¹⁰ Álvaro Vieira Pinto teve formação acadêmica e trajetória profissional ecléticas. Formou-se em Medicina, área em que atuou até os anos 50, complementando seus estudos com a formação em física, lógica matemática e depois em filosofia. Foi membro da Ação Integralista Brasileira e, ao longo desta trajetória, distanciou-se dos intelectuais católicos e integralistas, assumindo funções no ISEB, tornando-se diretor executivo em 1962. Como membro do ISEB foi um intelectual atuante na reflexão sobre as condições nacionais e seu desenvolvimento, tendo no texto *Ideologia e desenvolvimento nacional*, de 1956, sua primeira obra refletindo sobre a questão. Suas reflexões estiveram norteadas pela preocupação em associar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social. Com o golpe de 1964, foi cassado pelo AI 1 e o ISEB foi fechado. O livro *O conceito de tecnologia*, escrito em 1973 e revisado em 1974, só foi publicado em 2005, em dois volumes.

¹¹ O ISEB era outro instituto de pesquisa existente no período. Era mais heterogêneo em sua composição, tendo tanto intelectuais que defendiam o capital nacional autônomo quanto aqueles que defendiam diferentes gradações de entrada de capital multinacional. Entre estes, havia os que defendiam a entrada do capital multinacional com prevalência da empresa nacional até os que defendiam a abertura total do mercado ao capital multinacional.

garantido através da abertura do mercado ao ‘capital multinacional e associado’, com controle e vigilância social, já que era norteado pelo princípio da ordem. O ISEB, como aqui indicado, não apresentava unidade e, pautando-nos pelo intelectual aqui citado, identificamos um projeto de desenvolvimento que visava garantir autonomia nacional, considerando as questões econômicas e sociais.

Em agosto de 1961 foi assinada a parceria Aliança para o Progresso, através da Carta de Punta del Este, com grande adesão de países latino-americanos. Apesar desta aliança prever um programa de apoio e investimentos estadunidenses nas economias destes países, a prática demonstrou uma política de ingerência definida pelos interesses dos EUA. Além disto, sua implementação foi dificultada, no Brasil, pelas difíceis relações estabelecidas com o governo de João Goulart que claramente cerceava os interesses estadunidenses. Mas, como demonstrou Ianni (Ianni, 2019), a partir do golpe de 1964, as negociações foram retomadas e o lema desta ideia de modernização se disseminou em nosso país.

A Aliança para o Progresso impôs a ideologia da modernização, nos moldes criticados por Álvaro Vieira Pinto, e previa uma política de investimentos, apesar de resultar, em grande medida, numa forma de fluxo de capital estadunidense e política de disseminação ideológica. Como demonstrado por Ioris e Mozer (Ioris e Mozer, 2019), o campo editorial brasileiro foi invadido por vasta produção acadêmica relacionada à Teoria da Modernização, no intuito de suplantando os teóricos da CEPAL e sua Teoria da Dependência:

Influenciar os debates sobre desenvolvimentismo era condição sine qua non para o sucesso da AFP, e o programa editorial coordenado pela equipe LAPC via esse assunto como essencial. O nacionalismo que acompanhou as políticas e os debates desenvolvimentistas na América Latina se tornou um enorme empecilho para o programa de segurança e desenvolvimento dos Estados Unidos, que os governos de Truman a Kennedy tentaram controlar, mas não sem enfrentar resistências e, algumas vezes, derrotas.

As teorias que alimentaram as propostas nacional-desenvolvimentistas de Estado eram fornecidas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e, no caso específico do Brasil, pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). A Teoria da Dependência se tornou, à época, o arcabouço teórico de grande relevância para os debates sobre desenvolvimento entre os países latino-americanos. Aos Estados Unidos coube, como contra-ataque, a utilização à exaustão das teorias do liberalismo e do neoliberalismo econômicos (Ioris e Mozer, 2019, p. 540).

Vemos assim, nesta nova aliança, a consumação de um projeto que vinha sendo gestado há décadas e que, como demonstrou Tota (Tota, 2000), foi formulado com a Política de Boa Vizinhança do presidente Roosevelt. Quebradas as resistências à ideologia de progresso, estadunidense, começaram a se consolidar as alterações internas. Esta lógica, contudo, trazia um vício de origem, o capitalismo dependente, como discutido por diferentes autores (Pinto, Furtado, Fernandes, Ianni, entre outros). Neste cenário, os países periféricos não foram capazes de produzir tecnologia, constituindo um modelo de indústria periférica, calcada na composição de núcleos de indústria moderna, com altos salários e direcionados à produção de artigos de luxo, mas com núcleos de indústria tradicional, sem tecnologia e sem mão de obra especializada, o que gerava salários baixos. Este modelo provocou, internamente, um desenvolvimento distorcido, com manutenção de problemas estruturais, diferenças regionais, disparidade de distribuição de renda, altos índices de desemprego e, conseqüentemente, concentração de renda (Alves, 2005). Tratava-se assim, estruturalmente, de lógica segregadora, e foi neste sentido que a violência se tornou um braço do próprio neoliberalismo. Caminhemos nesta reflexão por partes.

Estado autoritário e violência produtiva – o percurso de construção

O golpe de 1964, ao instaurar uma ditadura, estruturou um sistema político autoritário que, por definição, foi violento. Neste sentido, a violência estrutural respondeu à lógica política, viabilizando através de diferentes estratégias o esvaziamento da política. Imediatamente ao golpe foi editado o AI-1 (Ato Institucional n. 1), que garantia o início da centralização dos poderes nas mãos do Poder Executivo e, através da Operação Limpeza, garantiu a limpeza do sistema político, cassando e demitindo os opositores ao regime. Em junho do mesmo ano foi criado o SNI (Serviço Nacional de Informações) com a finalidade do controle social, efetivando a estruturação de parte do aparato repressivo, através da criação dos órgãos de informação. Todo o período da ditadura (1964-85) foi pautado pela vigilância, controle e repressão, em consonância com a Doutrina de Segurança Nacional, arcabouço doutrinário organizador do Estado. Com isto, qualquer movimentação de contestação a esta lógica recebia como resposta a intensificação da repressão, em nome da segurança nacional. Para este artigo nos interessa discutir os pontos de conexão desta política com os interesses do neoliberalismo, que se ampliavam através do modelo de modernização que se impôs com o golpe.

O pressuposto da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico era o de que não haveria segurança sem desenvolvimento e vice-versa. Neste sentido, “estão entre os fatores mais importantes para a segurança de um país sua capacidade de acumulação e absorção de capital, a qualidade de sua força de trabalho, o desenvolvimento científico e tecnológico e a eficácia de seus setores industriais” (Alves, 2005, p. 57). A partir daqui demonstraremos que os encaminhamentos feitos pelos governos militares para a efetivação da doutrina caminhavam *pari passu* aos interesses dos EUA, naquilo que Ianni chamou de “fluxos do capital multinacional” (Ianni, 2019). Para esta efetivação foram observados dois tipos de encaminhamentos governamentais: a legislação referente à circulação do capital e a legislação referente ao trabalhador. Para o primeiro caso, a Lei 55.762, de fevereiro de 1965 (Brasil, 1965), garantiu a equiparação de tratamento do capital estrangeiro em relação ao capital nacional, como verificado pelo artigo 2º., abaixo transcrito, e o fim de restrições no que se referia à remessa de lucros e *royalties*.

Art 2º Ao capital estrangeiro que se investir no País será dispensado tratamento jurídico idêntico ao concedido ao capital nacional em igualdade de condições, sendo vedadas quaisquer discriminações não previstas em lei (Lei 55.762, fevereiro de 1965).

Ao considerarmos as leis referentes ao trabalhador, verificamos o claro intuito de desmobilização da classe trabalhadora, em duas grandes perspectivas: uma política de achatamento salarial que possibilitasse o acúmulo de capital, aliado à formulação de leis que desmobilizassem as greves e atuação dos sindicatos. Os gráficos abaixo expressam com clareza a política de achatamento salarial e concentração de renda:

Tabela 5.2 – Evolução do salário mínimo (1959-1976) (em cruzeiros, 1976)

Ano	Salário mínimo real	Índice de salário real
Janeiro de 1959	1.735,29	100
Janeiro de 1960	1.204,03	69
Janeiro de 1961	1.475,00	85
Janeiro de 1962	1.406,38	81
Janeiro de 1963	1.304,35	75
Janeiro de 1964	724,14	42
Janeiro de 1965	840,00	48
Janeiro de 1966	849,42	49
Janeiro de 1967	744,02	43
Janeiro de 1968	737,88	43
Janeiro de 1969	732,62	42
Janeiro de 1970	724,91	42
Janeiro de 1971	723,90	42
Janeiro de 1972	690,96	40
Janeiro de 1973	681,37	39
Janeiro de 1974	623,63	36
Janeiro de 1975	600,35	35
Janeiro de 1976	590,49	34
Março de 1976	532,80	31

Fonte: DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos). Divulgação nº 1/76, p. 10, 19 abr. 1976.

(Dieese, in Alves, 2005, p. 140).

Tabela 6.3 – Concentração da renda no Brasil (1960-1976)

População economicamente ativa	Quota do PNB por ano (%)		
	1960	1970	1976
Os 50% mais pobres	17,71	14,91	1,6
Os 30% imediatamente acima	27,92	22,85	21,2
Os 15% da camada média	26,60	27,38	28,0
Os 5% mais ricos	27,69	34,86	39,0

Fonte: Isto É, p. 65, 9 ago. 1979.

(Gráfico Isto É, in Alves, 2005, p. 181).

Assim, enquanto a 1ª. Tabela expressa a queda contínua dos valores do salário mínimo ao longo da ditadura, em função das restrições impostas pela definição de data-base, percentual máximo de correção salarial e cálculo para esta definição, que não repunha as perdas e não garantia ganhos reais, a 2ª. Tabela mostra a distribuição percentual do PNB (Produto Nacional Bruto) conforme o percentual de riqueza, o que demonstra a concentração contínua para os grupos denominados de classe média e mais ricos. O processo foi iniciado com a Lei 4.725, de 13 de julho de 1965 (Brasil, 1965), que estendia aos trabalhadores privados a compressão salarial imposta ao setor público. A lei nº. 5.451, de 12 de junho de 1968 (Brasil, 1968), e posteriormente a lei 6. 147, de 20 de novembro de 1974 (Brasil, 1974), mantiveram a lógica da política salarial, com seu achatamento contínuo. A isto somaram-se a perseguição aos sindicatos e a exclusão destes e dos trabalhadores das discussões e decisões referentes à questão salarial, anulando a função política dos sindicatos e transferindo todas as decisões para o Poder Executivo (Alves, 2005), num claro processo de desmobilização política, complementado pela Lei de Greve (Lei 4.330 de 1º de junho de 1964), denominada no senso comum de lei antigreve, já praticada.

Vemos que, para a realização da liberdade de mercado e, logo, liberdade de “fluxo de capital multinacional”, foi necessária a atuação de um Estado repressor, desmobilizando a classe trabalhadora, fundamentando o que Ianni denominou de “violência produtiva”, por garantir o potencial do capital. Esta lógica, contraditória em sua gênese, foi a marca de nossa ditadura civil-militar e da estruturação das políticas neoliberais em nosso país, duas lógicas que se completaram. Pierre Dardot e Christian Laval (Dardot e Laval, 2016) discutem em seu livro que a questão do neoliberalismo não é a de medir os limites das práticas de Estado, e sim observar as características destas mesmas práticas, tendo como principal aspecto a observação de ações relacionadas ao social. Neste sentido, não foi uma excrescência a constituição de lógicas neoliberais a partir de políticas de Estado: “[...] foram antes os Estados, os mais poderosos em primeiro lugar,

que introduziram e universalizaram na economia, na sociedade e até neles próprios a lógica da concorrência e o modelo de empresa” (Dardot e Laval, 2016, p. 19). E, conforme o lugar e sua condição no capitalismo mundial, esta dinâmica se deu a partir de Estados centralizadores, constando diferentes casos de construção de modelos neoliberais a partir de ditaduras ou estados de guerra. Os autores indicam, contudo, o risco em se caminhar para a análise oposta no entendimento de simplificar a reflexão sobre o neoliberalismo, numa associação contínua e óbvia com políticas repressivas ou políticas de guerra, como discutido por Naomi Klein (Klein, 2007). Para eles, as especificidades históricas precisam sempre ser consideradas, o que corrobora nossa discussão anterior e, dentro desta perspectiva, vemos que neoliberalismo e lógicas violentas estiveram associadas em sua gênese no cenário brasileiro. Ao longo de nossa ditadura, mais especificamente no contexto da distensão, notaremos a alternância desta política de choque para um claro investimento no que Dardot e Laval (Dardot e Laval, 2016) denominam de ‘desdemocratização’, justamente quando o discurso democrático se tornou chave norteadora dos projetos políticos, mas estes aspectos serão discutidos posteriormente.

Como o controle do trabalhador sempre foi peça central para a imposição da lógica empresarial como dinâmica econômica e social, não nos causa surpresa a constatação de que este controle não se deu, apenas, pela imposição de legislação cerceadora e a operação limpeza efetivada pelos IPMs (Inquéritos Policiais Militares). Passamos a refletir sobre dois encaminhamentos práticos e discursivos, fundamentais ao processo de esvaziamento da política e, logo, desmobilização social: o discurso anti-comunista e o discurso da racionalidade técnica.

Estado autoritário, neoliberalismo e a violência estrutural

Em diferentes artigos, Rodrigo Motta (Motta, 2000/ 2006) discute a importância do discurso anti-comunista no Brasil, conformado a partir de 1935¹² e alimentado e utilizado continuamente até hoje, em diferentes proporções. Além da reflexão historiográfica,

a observação da grande imprensa ao longo da ditadura, bem como a leitura de documentação institucional constante do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), demonstra o lugar do discurso anticomunista em nosso país. Pensemos, mais uma vez, a partir da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico. O título da doutrina amarra uma concepção política e um entendimento econômico, aspecto este já discutido por nós, quando afirmamos a conexão entre modernização e Estado autoritário. Nesta estratégia econômica, a prática repressiva foi fundamental para a efetivação de políticas de concentração de capital e, como também já discutido, políticas implementadas em país subdesenvolvido e, logo, estruturalmente desigual. Estas desigualdades, continuamente reforçadas, exigiram uma atuação repressora também contínua, que foi intensificada a partir de 1969, com a constituição de órgãos do aparato, propriamente, repressivo, tendo o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna)¹³ como sua maior expressão. De 1969 até 1974 os órgãos repressivos prenderam, torturaram e mataram pessoas que se opuseram a esta lógica de Estado, reagindo através de mobilizações ou mesmo da luta armada.

Além da ação claramente repressiva, houve a potencialização de uma justificativa discursiva que não explicitasse esta mesma lógica imposta. Para uma Doutrina de Segurança, pautada por uma noção de ordem e, logo, de hierarquia, a construção de um inimigo era natural e necessária; este inimigo estava vinculado ao cenário internacional polarizado pela Guerra Fria e servia aos interesses dos EUA na construção de seu alinhamento ocidental, pautado pela Teoria da Modernização, associada a uma ideia de desenvolvimento, numa forma de apropriação tecnológica e numa correlação discursiva com a democracia e, logo, com o perigo do opositor, o comunismo. Internamente esta tese era bem-vinda, ao considerarmos a doutrina como o eixo de um projeto político de Estado, pois todo discurso de ordem justificava o controle, a vigilância e a repressão, já que este inimigo estava vinculado a um entendimento específico de guerra, a guerra revolucionária¹⁴, que não pressupunha fronteiras físicas, admitindo a presença deste inimigo no próprio território, situação em que o medo era disseminado e a repressão justificada.

¹² 1935 é considerado o marco da construção do anticomunismo no Brasil em função da ocorrência da chamada Intentona Comunista, movimento ocorrido em quartéis militares, com demandas político-sociais. A memória construída sobre a data, com imagens que associavam o comunismo à traição e deslealdade, alimentadas por narrativas da imprensa, construiu forte referência sobre o tema.

¹³ O correto seria CODI-DOI, pela ordem de atuação dos setores, onde primeiro havia um planejamento de ações, organizado pelo Centro de Operações e depois sua ação prática. Por uma questão de sonoridade, usou-se o termo invertido.

¹⁴ O conceito de guerra revolucionária pressupõe conflito normalmente interno, podendo ter apoio externo; não precisa ser declarado e é pautado por uma ideologia, no caso o anticomunismo. Foi o conceito de guerra privilegiado pela ESG.

¹⁵ Lembremos que a Teoria da Modernização era a ideologia do capitalismo ocidental; por isto, amarrava umbilicalmente uma ideia de modernização a um sistema político nomeado como democrático e oposto ao sistema socialista. Trata-se de um pacote político-econômico que se reforçava com a construção do inimigo.

Considerando, agora, os interesses do capital multinacional, principalmente estadunidense, este discurso de guerra servia à propagação da Teoria da Modernização¹⁵ e à desmobilização política. A consumação da Teoria da Modernização significava a vitória do capitalismo sobre o comunismo, pois apresentava-se como um pacote que oferecia um projeto desenvolvimentista que só seria viável no alinhamento ao ocidente e seu modelo de capitalismo. Já a desmobilização política seria viabilizada pelo controle dos sindicatos e dos trabalhadores e pela vigilância social contínua e servia, também, ao controle dos sujeitos supérfluos, numa lógica de capitalismo periférico; neste sentido, a ideologia do capital é o da sua própria manutenção e vitória, independentemente dos encaminhamentos políticos, e, como já colocado por Dardot e Laval (Dardot e Laval, 2016), em algumas circunstâncias, o capitalismo de guerra foi uma estratégia. Desta forma, doutrina política e neoliberalismo se compuseram a partir de seus interesses específicos e comuns, num diálogo contínuo de apoios e referendos.

Considerando esta articulação, o anticomunismo mostrou-se como parte desta mesma estratégia. Como já indicado, ao acompanharmos diferentes âmbitos de produção discursiva, encontramos o anticomunismo como discurso de coesão deste projeto, linha mestra da criminalização contínua da sociedade, com a justificada violência repressiva. Destacamos, como documentação institucional, a 'Apostila sobre o Comunismo no Brasil e no Mundo', produzida entre os anos de 1970-73.¹⁶ Se considerarmos que este reforço discursivo alimentava a repressão à luta armada, entenderemos sua publicação no intervalo entre 1970-73, já que a Guerrilha do Araguaia, último foco de luta armada a ser vencido, foi derrotada definitivamente em 1974. Contudo, ao observarmos a documentação, vemos o profundo esforço em alimentar e ampliar os limites da noção de inimigo, incorporando neste espectro os estudantes e os trabalhadores urbanos, em geral, numa ampliação das temáticas vinculadas. O trabalhador foi associado ao comunismo em qualquer situação de reivindicações trabalhistas ou participação em sindicatos e o estudante foi vinculado, num primeiro momento, à figura do terrorista, em associação direta à luta armada; aos poucos, a estratégia discursiva tornou-se mais elaborada, numa intenção de ampliação do escopo,

vinculando-se à ideia de degradação moral¹⁷ para além do anticristianismo:

(1) Declaração de José Gercino Saraiva, ex-militante do PCBR: "a degenerescência e a corrupção são inimagináveis, tais os meios e os processos escusos de que usam os 'cabeças' e os antigos no trabalho de subversão no Brasil. A prostituição e as perversões campeiam. Conheci moças, tidas como líderes do movimento terrorista, que participaram em ações de assaltos a bancos, que viviam maritalmente até com seis homens do nosso meio e se vangloriavam disso. Dir-se-ia que tinham perdido todo o pudor, depois de passarem nos cursos de subversão ministrados até por elementos vindos do exterior" (Comunismo Internacional, 1971).

Este tipo de associação moralidade-anticomunismo permitia tanto fortalecer uma concepção de ordem e hierarquia, própria desta doutrina, quanto reforçar uma noção de inimigo pautada pela ideia do anticomunismo. A observação destas apostilas, ao longo dos anos de sua produção, nos mostrou a permanente preocupação com a articulação comunismo-degradação moral, numa contínua ampliação de suas associações. Assim, foram encontradas relações tanto ao uso e concepções sobre o corpo e gênero, como destacado no trecho acima, como também ao uso das drogas, e proliferação de determinadas canções, filmes e imagens que visavam cooptar os sujeitos numa manipulação ideológica, avançando, assim, sobre a produção artístico-cultural em geral. Estas construções discursivas alimentavam a noção de inimigo, justificando o controle não só de sujeitos e grupos específicos, como no caso da juventude estudantil, mas também, o controle, via censura, da produção artístico-cultural, em nome da moral e bons costumes e em nome da segurança nacional. Este cerceamento artístico-cultural estava previsto desde a Lei 5.536 de novembro de 1968 (Brasil, 1968) que, em seu artigo 3º, dizia:

Art. 3º Para efeito de censura classificatória de idade, ou de aprovação, total ou parcial, de obras cinematográficas de qualquer natureza levar-se-á em conta não serem elas contrárias à segurança nacional e ao regime representativo e democrático, à ordem e ao

¹⁶ Esta era uma documentação de publicação mensal, muito extensa, onde apenas o sumário tinha 11 páginas, e foi publicada pelo SNI entre 1970-73. Estava organizada em 11 itens, cada um com vários subitens, acompanhando o movimento comunista no mundo, tendo cada continente e suas regionalidades como um tópico do sumário, além da observação dos 'movimentos religiosos' e das 'Organizações Comunistas'. O primeiro item da Apostila, denominado 'Assuntos Gerais', apontava para os conteúdos priorizados em cada mês, e todos os textos eram estruturados a partir da fala de um especialista externo, utilizando matérias da mídia internacional, livros publicados no exterior, discursos de representações políticas internacionais, resultados de pesquisas, principalmente na reflexão sobre as drogas, entre outros; vemos que os textos nunca eram constituídos pelo discurso propriamente militar, reproduzindo, assim, uma estratégia discursiva largamente utilizada na imprensa para reforçar o argumento pautado pelo jornal pela exposição de uma autoridade no tema.

¹⁷ A vinculação entre comunismo e degradação moral foi presente desde sua gênese, muito pautada pela correlação anticomunismo e anticristianismo. Destacamos aqui a novidade em relação à elaboração de documentação institucional preocupada em fundamentar conceitual e historicamente estas conexões, numa ampliação de correlações.

decôro públicos, aos bons costumes, ou ofensivas às coletividades ou às religiões ou, ainda, capazes de incentivar preconceitos de raça ou de lutas de classes.

A associação da censura à segurança nacional estava prevista para todos os campos artísticos e também para a imprensa escrita, que recebeu em suas redações o Manual do Comportamento (Kushnir, 2004), que delimitava os assuntos que não poderiam ser abordados em suas edições. A censura mostrou-se, assim, como um braço do sistema político autoritário e uma forma de expressão da violência continuamente praticada. Sua efetivação, na forma de uma censura prévia, ocorreu a partir de 1968 e foi praticada formalmente até 1978, com o fim do AI-5. Devemos considerar que o tratamento aos produtos culturais e à imprensa em geral não foi homogêneo, mantendo-se a censura prévia até a data indicada essencialmente em relação aos jornais alternativos e a produtos culturais específicos¹⁸.

Para refletirmos sobre a violência, partimos da discussão proposta por Chauí (Chauí, 1980). A autora delimitou a conceituação de violência como toda e qualquer forma de sujeição; isto porque a sujeição é um modo de coisificação e toda reificação de um indivíduo reduz sua condição humana. Assim, criticou a proposição de violência centrada na noção de violação, pois esta se ampara no corpo da lei, ausentando o Estado e a própria sociedade da crítica à prática da violência; isto porque, nesta proposição, há o pressuposto de que existe um ordenamento legal/formal e moral amparado no corpo da lei e das regras sociais e que aquele que viola este sistema corrompeu o mesmo e precisa ser submetido. Aqui a violência aparece, tanto no ato da violação quanto no ato da repressão, com o pressuposto de que, neste caso, o Estado está amparado no uso da violência legal para a restauração da ordem (princípio inicial) que foi violada.

Este encaminhamento da reflexão inviabiliza a discussão sobre importantes aspectos de nossa organização social e do Estado, extremamente violentos, mas nem sempre diagnosticados como tal. Na proposição do conceito de violência pensado como sujeição, identificamos a ampliação do campo de análise, onde aspectos simbólicos e pouco visíveis passam a ser nomeados como violentos; neste sentido, como já apontado por Marilena Chauí (Chauí, 1980), podemos identificar os preconceitos e dificuldades de relações de alteridade, como o machismo, o racismo, as fobias sociais, como diferentes formas de práticas de violência. Podemos, também, percorrer outros âmbitos e identificar, na estruturação do próprio conhecimento, a existência de diferentes lógicas

violentas, como, por exemplo, nos silenciamentos de sujeitos participantes de diferentes processos sociais e desconsiderados na formalização final dos conteúdos; na escolha de linguagens e rituais próprios de áreas do conhecimento que, intencionalmente, sujeitam os indivíduos, alienando-os da possibilidade de compreensão e de participação nos processos, entre muitos outros exemplos. Assim, partindo do entendimento proposto por Chauí, “a violência se encontra originalmente do lado da sujeição e da dominação, da obediência e de sua interiorização, e não do lado da violação dos costumes e das leis” (Chauí, 1980, p. 16), podemos retomar um debate amplificado sobre o autoritarismo e o neoliberalismo no Brasil, assumindo tanto o âmbito político quanto o âmbito sociocultural como lugar de intensas práticas autoritárias, pois violentas.

Racionalidade técnica e burocratização – braços violentos do neoliberalismo

A reflexão sobre censura e repressão no campo artístico-cultural pode parecer estranha ou até contrária aos interesses da lógica neoliberal, pois, como observado acima, gerava o cerceamento de circulação de produtos culturais, numa clara oposição aos interesses do mercado. Passamos, agora, a ponderar sobre estas articulações na especificidade histórica brasileira. As conexões entre os interesses do mercado e do Estado autoritário não eram necessariamente de sobreposição, e sim de negociações contínuas. Se, no contexto inicial da institucionalização do regime, as políticas econômico-sociais do governo favoreceram os interesses do capital multinacional e associados, neste momento, o mercado de entretenimento serviu aos interesses do Estado:

Quando ia mais brutal a repressão política e cultural, os temas da indústria cultural dos governantes e associados eram a façanha da construção da Transamazônica, a possibilidade do Brasil Potência, o perigo do consumo de tóxicos pela juventude, a audácia dos trombadinhas, o mistério do esquadrão da morte, o interesse futebolístico do general Médici, o talento hípico do general Figueiredo (Ianni, 2019, p. 244).

Estas negociações permaneceram ao longo da ditadura, colocando em questionamento a ideia em voga de que, na lógica neoliberal, o Estado é enxuto e perde suas funções; como já apontado em discussão proposta

¹⁸ Tampouco discutiremos aqui as diferentes estratégias utilizadas para se burlar a censura, bem como diferentes modalidades da mesma, como a autocensura, recorrente em alguns jornais da grande imprensa.

por Dardot e Laval (Dardot e Laval, 2016), ao considerar o papel do Estado na lógica neoliberal, a questão fundamental sempre foi a de que não houvesse interferência do Estado nas questões sociais, aspecto reforçado por Friedrich Hayek, que apontava que o problema sempre foi o da palavrinha ‘social’. Ao observarmos o Estado brasileiro vemos que o mesmo trabalhou continuamente na desmobilização do social, mesmo que não tenha colocado em prática todas as suas metas. Apontamos o caso dos acordos MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura – United States Agency for International Development), que previam a institucionalização de ensino privado com formação técnica para o mercado e esta meta não foi atingida no que se referiu à desmontagem do ensino público, apesar de ter conseguido inserir a ideia da funcionalidade do ensino para o mercado, bem publicizada nos documentários do IPES. Retomando mais uma vez Foucault (Foucault, 2008), no momento em que passa a refletir sobre as especificidades do neoliberalismo, mostra a clara associação do mesmo com o papel da educação: “Formar capital humano, formar portanto essas espécies de competência-máquina que vão produzir renda, ou melhor, que vão ser remuneradas por renda, quer dizer o quê? Quer dizer, é claro, fazer o que se chama de investimentos educacionais” (Foucault, 2008, p. 315).

Na constituição do neoliberalismo no Brasil, interesses de mercado e papel do Estado estiveram sempre em articulação e negociações, apresentando momentos de interesses divergentes, mas nunca uma situação de enfrentamento. Se, no início da ditadura, os interesses do mercado dirigiam-se à abertura do mercado brasileiro em condições positivas ao “capital multinacional e associados”, ao longo da ditadura os interesses centraram-se no alargamento dos mercados a este capital multinacional, através da sedimentação da racionalidade neoliberal. Neste processo de sedimentação do mercado de bens culturais, o Estado autoritário cerceou a veiculação/publicação de produtos, o que não interessava ao mercado; em compensação, atuou fomentando diferentes nichos da produção cultural, com diferentes estratégias.

Renato Ortiz (Ortiz, 1989) já discutiu longamente as diferentes formas de atuação do Estado em relação às produções artístico-culturais. Lembramos aqui algumas atuações: contribuiu com o campo da produção impressa através do fomento à produção de papel, tendo o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) como indutor de investimentos. Este investimento possibilitou a expansão do mercado editorial de jornais, revistas e livros, também favorecido por uma política de importação de maquinário para a indústria gráfica. As importações de maquinários e eletrodomésticos foram facilitadas, expandindo o setor fonográfico e televisivo:

“Entre 1967-80, a venda de toca-discos cresce em 813%” (Ortiz, 1989, p. 127). Já o setor televisivo, além da importação de aparelhos de TV, foi beneficiado principalmente com a integração do território nacional, pois, como colocado pelo autor, “Tem início a construção de um sistema de micro-ondas, que será inaugurado em 1968, permitindo a interligação de todo o território nacional. Isto significa que as dificuldades tecnológicas das quais padecia a televisão na década de 50 podem ser resolvidas” (Ortiz, 1989, p. 118). Neste sentido, o desenvolvimento das telecomunicações num sistema em redes dependeu de investimento estatal, também na forma de manutenção cotidiana da mídia televisiva, já que a maior porcentagem do fomento advindo da publicidade tinha o Estado como principal anunciante.

Novamente, a ideia da integração nacional, através do desenvolvimento do setor de comunicações, mostrou o imbricamento dos interesses em jogo. Enquanto o Estado autoritário realizava, através deste projeto de integração, mais uma etapa de sua doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico garantindo maior controle sobre o território nacional, o mercado viabilizou a integração dos consumidores, fator fundamental para a difusão de sua ideologia, a ideologia do consumo, depois desdobrada no fomento à ideia do homem-mercado. E estes objetivos foram sendo alcançados com fomento estatal, no caso da implantação de tecnologias de comunicação para um sistema em redes ou com políticas de Estado de indução à atividade econômica, como no caso da produção de papel, e com políticas de importação de maquinário, para as indústrias gráfica e fonográfica.

Além disto, a mídia televisiva articulou as diferentes mídias num desdobramento em cascata para a difusão de produtos culturais, de interesse para o mercado. As novelas, aos poucos, compuseram-se com a produção musical, definindo um padrão musical, através da seleção prévia das músicas vinculadas às novelas e seu fomento na indústria fonográfica, potencializando a seleção de músicas que seriam tocadas nas rádios e vendidas em discos. O mercado foi fomentado, também, com o início do *merchandising*, que teve sua primeira aparição na novela Beto Rockfeller, de 1969. Vemos, assim, que as restrições à circulação cultural, em função da censura vigente, de algum modo eram compensadas por outras formas de potencialização do mercado.

Esta dinâmica mercadológica exigia um planejamento estratégico, alterando as dinâmicas empresariais, em seus âmbitos produtivo e de circulação das mercadorias. Se, por um lado, em seu aspecto visível e esperado, planejamento estratégico e racionalização tecnológica otimizavam a produção e o lucro, por outro lado, em seu aspecto invisível e desconhecido, no projeto de moder-

nização vigente, incidiam sobre a própria subjetivação dos sujeitos, com efeitos deletérios à prática política e à coesão social. Pensemos sobre estes aspectos, por diferentes ângulos.

Quando Júlio Medaglia¹⁹ se questionava: “Onde ficou a arte em face dessa nova realidade? Quais suas características e sua função? Que fim levou o Gênio sofrido e cabeludo, incompreendido pelos mortais e por eles mesmos imortalizado?” (Medaglia, 1967, p. 33), estava apontando para as consequências desta nova racionalidade no campo artístico-cultural, que alterou a própria identidade dos sujeitos envolvidos e sua relação com o ato criativo: “Compositor, pra nós, é um designer sonoro, capaz de trabalhar de encomenda, é compositor profissional. Não há mais lugar para o artesão que ‘compõe’ uma ‘sinfonia’ [...]” (Medaglia, 1967, p. 33), transmutando o artista num técnico de arte inserido no sistema, sistema de produção, circulação da mercadoria e subjetivação do sujeito. Este, num primeiro olhar, é produtivo, dinâmico, intenso, potencializando a circulação dos produtos culturais, considerando o exemplo citado, presentes na novela, nos outros programas televisivos, nas rádios, nas produtoras musicais, etc. Ele traduz a racionalização técnica, já discutida por Pinto nos anos 70:

O progresso da tecnologia corporifica por essência o avanço da razão, pois consiste na invenção de mediações cada vez mais eficazes para a consecução das finalidades humanas da produção de bens de que os homens necessitam. Reflete-se contudo em caráter mais perceptível na organização do trabalho, na descoberta de novos métodos que poupam esforços físicos e mentais, no menor dispêndio de material, realizando em menor tempo igual volume de produtos (Pinto, 2005, p. 469).

Se pudemos identificar esta racionalização técnica no campo da produção cultural, ela foi ainda mais nítida no campo da produção industrial em geral, desdobrada em seu processo de circulação das mercadorias. Mais uma vez, planejamento produtivo, ativando racionalidade técnica a todo o processo, potencializou a produção e, logo, o lucro. Mas, como colocado pelo próprio autor, “Não é a técnica, a rigor, que se racionaliza, é o homem” (Pinto, 2005, 469). O autor segue numa reflexão que visava demonstrar as implicações desta racionalização para os trabalhadores e para a sociedade como um todo, ponderando, neste livro, sobre o conceito de tecnologia e seus desdobramentos práticos.

O primeiro aspecto de sua reflexão, como já apontado, foi quanto ao significado de racionalização, que foi

lida, recorrentemente, como resultado da incorporação da tecnologia nos processos produtivos, e Álvaro Vieira discutiu longamente o quanto a tecnologia é utilizada e otimizada pela racionalização do homem em relação à máquina, concluindo, como já dito, que quem introjeta a racionalização é o próprio homem, tanto aquele que planeja quanto aquele que executa. Porém, quando vemos o discurso da modernização apregoado pelo IPES, como indicado no começo deste texto, e colocado em prática pelos governos militares, vemos exatamente o que o documentário “Uma Boa Empresa” (IPES, Produção de Carlos Niemeyer) traduzia como modernização: “Trabalhando em locais apropriados, que não colocam em perigo a sua segurança, o operário produz mais, em menos tempo, o que representa um aumento de produtividade e, portanto, maiores lucros para a empresa”. O documentário de 5’38” trabalhou continuamente com a ideia de que a boa empresa oferecia condições de trabalho, contribuindo com aspectos da qualidade de vida do trabalhador, como assistência médica e segurança de trabalho, além de um salário digno, elementos que contribuiriam para o aumento da produtividade e, logo, o lucro da empresa; neste sentido, o aumento do lucro deveu-se à atitude da empresa em melhorar o ambiente de trabalho e não ao fato do aprofundamento de uma racionalidade técnica em processo da qual o trabalhador era parte central.

Aí se encontra a primeira ponderação do autor quanto aos desdobramentos sociais desta racionalização, pois, se ela significou a capacitação do trabalhador, sua racionalização no processo de modernização produtiva (“Por este motivo a razão humana se define pelo progresso da razão das massas trabalhadoras, e não pelo das elites ociosas ‘pensantes [...]’” (Pinto, 2005, p. 470), ela não foi lida como competência deste trabalhador, levando o autor à crítica quanto à leitura disseminada deste percurso que garantiu que, ao mesmo tempo que o trabalhador efetivou a racionalização do trabalho, foi alienado da participação dos resultados deste feito, “visto que continua submisso ao mesmo sistema de relações de produção” (Pinto, 2005, p. 472).

Nós frisamos o fato de que, neste processo de racionalização técnica, ocorreu a racionalização do sujeito e, logo, a alteração da subjetivação. Independentemente do campo de atuação, produtivo em geral ou cultural, houve um processo de alienação, seja do artista que foi alienado de seu ato criativo e imobilizado na dinâmica produtiva, seja do trabalhador industrial, que foi alienado mais uma vez dos resultados de seu próprio processo de racionalização, vendido como técnica pura e não ação do sujeito na interação com a máquina. Neste processo de

¹⁹ Trata-se de uma matéria publicada no Suplemento Literário do jornal *O Estado de S. Paulo*, onde Júlio Medaglia entrevistou os compositores Damiano Cozzella, Rogério Duprat, Willy Corrêa de Oliveira e Gilberto Mendes. Os entrevistados tiveram visões distintas sobre a disseminação da lógica da indústria cultural e o lugar dos artistas neste processo.

racionalidade técnica, segundo Pinto, “não há variação essencial do regime de produção [...]” (Pinto, 2005, p. 472), fato que colabora com a ilusão de que o homem não é parte do processo de racionalização técnica. Já no exemplo utilizado para a produção cultural vemos a incorporação de um outro aspecto, a separação planejamento-execução, aspecto este também incorporado pelos diferentes campos produtivos distintos, mas conexos, da discussão que vínhamos apresentando. Este segundo procedimento acabou por atingir uma dupla função correlacionada. Por um lado, por reforçar a imagem de que quem executa não produz, não é parte atuante da racionalidade incorporada, inviabilizando a consciência de seu papel neste processo, e, por outro lado, por possibilitar na prática um distanciamento contínuo dos sujeitos quanto às etapas de reflexão e planejamento, potencializando sua alienação.

Dois aspectos se colocam sobre este processo. O primeiro é o da natureza violenta deste percurso de alienação; se retomarmos o conceito de violência proposto por Chauí (Chauí, 1980), pautado na ideia da sujeição, na reificação do sujeito, vemos a sujeição presente nos dois casos associados à racionalização técnica, no modo como foi gestada. Neste sentido, insistimos no fato de que a tecnologia em si é neutra e, como colocado por Pinto, a racionalização técnica não depende apenas da máquina, mas da interação homem máquina-sistema, e esta não tem neutralidade, mas tem uma forma de efetivação. O modo de efetivação dependeu do caráter da modernização proposta e, como colocado por Ianni, visava alterar os resultados produtivos, sem modificação do *status quo*, reforçando a alienação indicada.

Tanto os governantes quanto os beneficiários do poder, todos começaram a pensar e agir como se fosse possível cristalizar os movimentos da sociedade, salvo aqueles relacionados com a preservação e o aperfeiçoamento do status quo. “Modernizar”, “reverter as expectativas”, realizar um “governo técnico”, sem política nem demagogia, desenvolver o “sistema federal de planejamento”, para aumentar a eficácia e o desempenho do aparelho estatal e da “livre empresa” – foram muitas as políticas e iniciativas adotadas pelos governantes, de modo a aperfeiçoar e cristalizar o status quo. Tratava-se de garantir as condições de apropriação econômica e dominação política convenientes à continuidade e fortalecimento da grande burguesia financeira e de seus aliados menores e maiores, nativos e estrangeiros (Ianni, 2019, p. 248).

Como visto, vários aspectos distintos estão emaranhados nas ideias de modernização, atrelada à ideia de racionalidade técnica. Vimos que, desde o golpe, o projeto disseminado se apresentava em nome da modernização

do país; esta sempre foi a chave norteadora, oferecida como neutra, na busca da eficácia e do crescimento, sem explicitar seus efeitos longevos no processo de produção, impostos ao longo da ditadura vigente. Ambos possibilitaram o acúmulo do capital, a alienação do trabalhador e a despolitização da sociedade. E, apesar dos movimentos de mobilização política ocorridos a partir de 1975 num pipocar de movimentos sociais, na contínua politização do cotidiano, culminando nos movimentos sindicais e grevistas da virada dos anos 80, na formação do PT (Partido dos Trabalhadores) e depois no movimento das ‘Diretas Já’, estes movimentos não foram suficientes para demarcar um processo de politização que implementasse uma democracia efetiva, participativa e direta, ou o que Jacques Rancière (Rancière, 1996) denomina de política, viabilizando, então, o que Dardot e Laval (Dardot e Laval, 2016) denominaram de lógica desdemocrática. Neste cenário discutido pelos autores há o entendimento de que o processo efetivamente democrático é desinteressante ao neoliberalismo, pois problematizaria o social e suas lutas, pondo em questão os alicerces do próprio neoliberalismo. Este precisa de um contexto de esvaziamento político e atomização dos sujeitos.

Neste sentido, o cenário de transição política apresentou as condições ideais para a implantação definitiva do neoliberalismo, seu funcionamento sistêmico, como lógica social e forma de subjetividade, disseminando a ideia do homem-empresário. Esta proposição constituiu o que Foucault nomeou como *homo oeconomicus* ou empresário de si.

O homo oeconomicus é um empresário, um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o homo oeconomicus parceiro da troca por um homo oeconomicus empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda (Foucault, 2008, p. 311).

O homem-empresário é a imposição da racionalidade neoliberal que procede a duas lógicas conexas: primeiro faz com que cada indivíduo acredite e vivencie a responsabilidade sobre suas próprias condições, num contínuo processo de desmobilização social e de classe, destruindo as linhas de solidariedade ainda existentes. Depois, ou em função disto, age de forma continuamente competitiva, já que não há solidariedade social e responsabilidade de Estado, num contínuo gerenciamento de si. Neste gerenciamento de si, cada um é responsável pela construção de seu capital humano, capital este composto de aspectos já dados, genéticos e aspectos de construção

social atomizada; ainda faz parte do capital humano o consumo, como parte da satisfação e constituição do próprio sujeito. Todos estes aspectos fomentam o neoliberalismo que, neste momento, já consegue se impor sem a necessidade de um Estado forte, como foi a ditadura, pois a subjetivação neoliberal já se constituiu. Esta dinâmica, já que sistêmica, se alastra aos diferentes âmbitos da sociedade, seja o campo das relações de trabalho, seja o campo das relações pessoais.

Isto não quer dizer que o Estado se torne substituível; sua existência é contínua e suas funções dependerão do contexto histórico específico. Em geral, assumirão uma nova conformação, imbuída da racionalidade neoliberal, na ideia de um Estado-empresa: “[...] o Estado empreendedor deve, como atores privados de governança, conduzir indiretamente os indivíduos a conduzir-se como empreendedores” (Dardot e Laval, 2016, p. 378). Já numa lógica de capitalismo dependente, desigual e excludente como é o caso brasileiro, composto por bom número de sujeitos supérfluos, sem capacidade de construção de capital humano, o Estado continua exercendo seu papel de controle, pela violência de Estado. Neste caso, a violência aparece como um braço contínuo da lógica neoliberal em nosso país.

Referências

- ALVES, M. H. Moreira. 2005. *Estado e oposição no Brasil*. Bauru, Edusc, 424 p.
- BORTONE, Elaine de Almeida. 2013. *A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)*. Niterói, RJ, Tese, Universidade Federal Fluminense, 141 p.
- BRASIL. 1965. Lei 55.762 de 17 de fevereiro de 1965.
- BRASIL. 1965. Lei 4725 de 13 de julho de 1965.
- BRASIL. 1968. Lei n. 5.451 de 12 de junho de 1968.
- BRASIL. 1974. Lei 6.147 de 20 de novembro de 1974.
- BRASIL. 1968. Lei 5536 de 21 de novembro de 1968.
- CHAUÍ, Marilena. 1989. *Cultura e democracia*. 4ª. ed., São Paulo, Cortez, 309 p.
- CHAUÍ, Marilena. 1980. A não violência do brasileiro — um mito interessantíssimo. *Almanaque: Cadernos de Literatura e Ensaio*, 11:16-24.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. 2016. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 413 p.
- DREIFUSS, René Armand. 2006. *1964: A conquista do Estado*. 6ª. ed., Petrópolis, Vozes, 899 p.
- FERNANDES, Florestan. 2009. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4ª. ed., São Paulo, Global, 151 p.
- FICO, Carlos. 2017. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, 9(20):05-74.
- FOUCAULT, Michel. 2008. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes, 474 p.
- IANNI, Octavio. 2019. *A ditadura do grande capital*. São Paulo, Expressão Popular, 356 p.
- IORIS, Rafael R.; MOZER, Josiane. 2019. Parceiros em quê? A Aliança para o Progresso e a política editorial de modernização da América Latina no contexto da Guerra Fria. *Esboços*, 26(43):529-548, set./dez.
- KLEIN, Naomi. 2007. *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*. New York, Picador, 967 p.
- KUSHNIR, Beatriz. 2004. *Cães de guarda — jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo Editorial, 404 p.
- MARTINS FILHO, João Roberto. 1996. *O palácio e a caserna: dinâmica militar das crises políticas na Ditadura (1964-1969)*. São Carlos, EDUFSCar, 204 p.
- MEDAGLIA, J. 1967. Música, não- música, anti-música. Entrevista com os compositores Damiano Cozzela, Rogério Duprat, Willy Corrêa de Oliveira e Gilberto Mendes. *O Estado de S. Paulo*. Suplemento literário. São Paulo, 22 de abr., 1 p.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2018. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, 10(23):109137, jan./mar.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2000. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 368 p.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. 2006. O anticomunismo militar. In: João Roberto MARTINS FILHO (org.), *O golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas*. São Carlos, EDUFSCar, 223 p., p. 9- 26.
- NIEMEYER, Carlos (produção). *A Boa Empresa*. Direção de Moisés Kendler e Oswaldo Corrêa, documentário IPES, Arquivo Nacional.
- ORTIZ, Renato. 1985. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3ª. ed., São Paulo, Brasiliense, 148 p.
- ORTIZ, Renato. 1989. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 2ª. ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 222 p.
- PINTO, Álvaro Vieira. 2005. *O conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1.328 p.
- PINTO, Álvaro Vieira. 1960. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. 4ª. ed., Rio de Janeiro, Editora ISEB, 46 p.
- RANCIÈRE, Jacques. 1996. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo, Editora 34, 144 p.
- SPOHR, Martina. 2011. A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964. *Militares e Política*, 9:52-63, jul.-dez..
- TOTA, Antonio Pedro. 2000. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo, Companhia das Letras, 235 p.

Fontes

- Arquivo DEOPS. Apostila do Comunismo Internacional, Pasta 20.C. 043-026-A, doc. 3144, CI n. 6 de junho de 1971.
- Documentários IPES- Arquivo Nacional.
- Centro Celso Furtado. Relatório da Comissão Mista Brasil-EUA. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109231638540.MD2_0_277_1.pdf

Submetido em: 21/12/2020

Aceito em: 18/01/2021